

AS MULHERES BRITÂNICAS, A GRANDE GUERRA E A CONQUISTA DO SUFRÁGIO: UMA LUTA ENTRE OS ANOS DE 1867 E 1928

Por Analice Quitanilha Porto Gomes

Resumo: O presente artigo possui como objetivo compreender a luta pelo sufrágio no Reino Unido durante os séculos XIX e século XX. O ano de 1867 marca o início de um movimento que se prolongou até 1928, quando o voto para todas as mulheres britânicas foi alcançado. A trajetória e alguns acontecimentos marcantes serão mencionados, assim como personalidades marcantes, como as Pankhursts serão destacadas. Ademais, o contexto da Primeira Guerra Mundial será considerado, assim como suas possíveis influências para a conquista do voto feminino em 1918, ainda que para um grupo seletivo de mulheres.

Palavras-chave: Sufrágio; Pankhursts; Primeira Guerra Mundial; Sufragistas; Reino Unido.

Abstract: The present article aims to understand the woman suffrage movement in the United Kingdom during the 19th and 20th centuries. The year of 1867 highlights the beginning of a movement that lasted until the year of 1928, when the right to vote was given to every British woman. The pathway and some relevant events will be mentioned, such as important people as the Pankhursts will be underlined. Furthermore, the context of the First World War will also be considered, as well as its possible influences to women's enfranchisement in 1918, even though it was to a restricted group.

Keywords: Suffrage; Pankhursts; First World War; Suffragettes; United Kingdom.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a influência que a Primeira Guerra Mundial exerceu na conquista do voto feminino para algumas mulheres britânicas acima de 30 anos no contexto de fim de conflito, em 1918. A Grande Guerra provocou profundas mudanças estruturais e uma delas foi a questão da conquista do sufrágio feminino, ainda que para uma parcela restrita de mulheres. Precedentes e lutas anteriores à eclosão do conflito ainda serão considerados, uma vez que a luta pelo sufrágio já acontecia, mesmo que por décadas a campanha

tenha ocorrido mais pacificamente e em outros moldes.

A família Pankhurst foi de grande importância para o movimento pela conquista do voto durante a guerra, uma vez que conseguiu mobilizar e engajar muitas mulheres. Esta família, no entanto, por mais que já lutasse pelos ideais sufragistas há algum tempo, encontrava-se fragmentada, ainda que com o mesmo objetivo principal. Emmeline e Christabel Pankhurst acreditavam que o meio para alcançar o voto era pela ativa participação e apoio à guerra: o nacionalismo e patriotismo eram muito presentes no discurso das duas. Sylvia Pankhurst, no entanto, conduzia sua luta pelo sufrágio com um viés mais socialista, divergindo de sua mãe e irmã.

É por meio do estudo e análise, portanto, do contexto pré-guerra e de seu desenvolvimento, da luta pela conquista do voto feminino e, ainda, das personalidades que estiveram na frente do movimento, as Pankhursts, que o artigo será desenvolvido. Ademais, revistas, jornais e propaganda como um todo possuíam relevante importância no que diz respeito à difusão de ideais e para a conquista de apoio à causa, sendo as Pankhursts mais uma vez muito envolvidas com essas questões. Nesse sentido, o artigo discorrerá sobre como a luta pelo sufrágio desenvolveu-se, principalmente na segunda metade do século XIX e como desencadeou na conquista do voto em 1918.

O CONTEXTO PRÉ-GUERRA

Historicamente e em diversos países ao redor do mundo, a conquista do voto feminino foi, e ainda é, uma luta de extrema importância e que demandou a mobilização e organização de milhares de mulheres. O primeiro país que concedeu o direito ao voto feminino foi a Nova Zelândia no ano de 1893. Nos anos seguintes, alguns outros países, principalmente localizados na Europa, também permitiram a participação política feminina por meio do direito ao voto. No entanto, foi só no ano de 1928 que todas as mulheres acima dos 21 anos de idade na Grã-Bretanha conquistaram o sufrágio, ainda que no contexto final da Grande Guerra, em 1918, algumas mulheres acima dos 30 anos tivessem conquistado esse direito.

A luta das mulheres britânicas perdurou por inúmeros anos e começou em um momento muito anterior à guerra. A discussão foi trazida à tona no parlamento inúmeras vezes entre 1867 e 1928, quando o movimento sufragista de fato teve início. Apesar disso, em 1832 houve uma primeira tentativa de levar ao parlamento uma petição de uma mulher que pedia pelo voto daquelas que não eram casadas e possuíam certas propriedades. Mary Smith alegava que pagava impostos e estava sujeita a todas as leis e, portanto, não via motivos para não ter voz no processo político eleitoral¹. Foi Henry Hunt que apresentou a petição, embora não tenha trazido nenhum resultado, e os parlamentares ainda acharam o pedido absurdo ao reagirem com risadas, uma vez que a prioridade das pessoas que ocupavam esse espaço de poder era a ampliação de seus poderes.

Já o ano de 1866 foi marcado pela petição apresentada John Stuart Mill, filósofo liberal que tinha pensamentos influenciados por sua mulher Harriet Taylor Mill, de maneira

1 Disponível em: <<https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1832/aug/03/rights-of-women>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

a dar mais atenção à busca pela equidade entre homens e mulheres. Emily Davies era uma das mulheres por trás da *Ladies' Petition*, assinada por cerca de 1500 mulheres e apresentada por Mill na Casa dos Comuns em 7 de junho de 1866. A ideia era garantir o voto a todos aqueles que, sem distinção de sexo, tivessem propriedade ou qualificação de aluguel. No ano seguinte, houve uma nova tentativa de Mill no que diz respeito à tentativa de conceder o voto às mulheres com uma emenda no Projeto de Lei de 1867, ao trocar o termo “homem” por “pessoa”, ainda que sem êxito.

Métodos de pressão extraparlamentar, como petições e reuniões eram amplamente utilizados, principalmente no início da luta. Debates sobre o sufrágio no Parlamento Britânico aconteceram em quase todos os anos entre 1870 e 1884, ainda que frustrados. Ao mesmo passo que essas tentativas possam ser consideradas um avanço na luta, foram criticadas por aqueles que acreditavam que o movimento sacrificou oportunidades de mobilizar apoio popular ao ter como foco o parlamento². Por questões da posição legal que a mulher ocupava na sociedade, todo o movimento possuía ainda mais dificuldades: o acesso à universidade era extremamente limitado, a mulher, ao casar-se, perdia todas as suas propriedades para o marido, que ainda tinha direitos sobre ela, além dos salários desiguais. Fatores como esses dificultavam o acesso à informação, bem como o engajamento com movimentos políticos.

O *Women's Suffrage Journal*, fundado em 1870 por Lydia Becker, era muito importante no sentido de conceder coordenadas para a preparação de petições, além de noticiar outros assuntos que afetavam as mulheres nas mais diversas áreas (WINGERDER, 1999). Ele instruía exatamente como todo o processo de coleta de assinatura e preenchimento de dados deveria ser feito, de modo a obter o maior número possível delas. Especialmente durante esses primeiros anos, as petições eram de extrema importância, pois foi a maneira por meio da qual conseguiram alcançar algum tipo de discussão no parlamento, ainda que ínfima. Nesse sentido, centenas de petições foram assinadas por milhares de mulheres, movimento que, à princípio, não teve grande impacto no sentido legal, mas foi um passo inicial muito importante para os anos seguintes de luta.

O ano de 1869 trouxe uma surpresa positiva para as sufragistas. Um projeto de lei concedeu o voto feminino municipal para algumas mulheres nos mesmos termos que os homens, ainda que em determinadas cidades. A surpresa dá-se pelo fato de que tal voto foi concedido com relativa facilidade, uma vez que passou pelo Parlamento sem muita resistência, além de ter impressionado aqueles que eram contra o sufrágio. No ano seguinte, ainda, conquistaram o direito de votar nos Conselhos Escolares. Ainda que a nível municipal, essas mudanças foram um primeiro passo no sentido de a mulher ser enxergada como alguém que pode e deve ter uma participação na vida política, ir além de suas atuações na esfera privada.

No entanto, o reconhecimento de que a mulher tinha direito à participação política teve enorme resistência, mesmo entre as próprias mulheres. Hoje em dia, argumentos a favor do sufrágio parecem óbvios, mas há cerca de 150 essas ideias precisavam ser amplamente difundidas, além do fato de que eram frequentemente rebatidas com discursos contrários. De acordo com Wingerder (1999),

2 Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/overview/earlysuffragist/>>. Acesso em: 7 jan. 2019.

Os argumentos para conceder o voto às mulheres foram fundamentados na justiça e na conveniência. Enquanto as mulheres cumprissem os requisitos de votação, o acidente do sexo não deveria impedi-las de votar, as sufragistas argumentavam. Principalmente se as mulheres fossem solteiras, tanto não-casadas como viúvas, pagassem seus impostos assim como os homens e cumprissem as exigências de um eleitor homem, elas deveriam ser permitidas a votar. Ademais, mulheres necessitavam votar para proteger seus interesses (p. 40).

Contudo, a ideia de que a mulher não deveria ter uma participação ativa na política era muito forte. Portanto, argumentos a favor do sufrágio ainda eram muito distante das realidades de boa parte da população, chegando a ser algo utópico para uns. “O voto da mulher beneficiaria a sociedade como um todo, melhorando tanto as esferas pública e privada. Mulheres votantes, mais conscientes de suas responsabilidades como cidadãos, seriam melhores mães” (WINGERDER, 1999, p. 40). No entanto, a mulher não era vista como digna de participação política, muito menos capaz. As ideias de que eram irracionais ou de que seus votos apenas refletiriam os de seus maridos, de que seriam intelectualmente inferiores a seus maridos ou ainda suficientemente representadas por eles, também eram argumentos contra. Apesar de no final dos anos 1880 os argumentos dos dois lados já estarem bem difundidos, o sufrágio ainda parecia tão longe quanto em 1867.

O movimento sufragista começou a se consolidar após o ano de 1867, mas foi especialmente entre os anos de 1900 e 1914 que as mulheres militantes passaram a criar táticas para atrair mais a atenção pública para a questão do voto parlamentar, ainda que não somente (BYLES, 1985). Já entre 1905 e 1914, a tática usada pelas mulheres que foram denominadas “sufragistas” foi a militância para conquistar o voto, em comparação com as sufragistas constitucionalistas, que durante 40 anos de luta nunca as levaram para tribunal criminal ou mesmo contato com a polícia. No entanto, mesmo com essa grande divergência, nos moldes delas e considerando o contexto, as constitucionalistas podiam ser consideradas radicais (WINGERDER, 1999).

Durante todos esses anos, inúmeras mulheres foram presas, assim como alguns homens, pelo envolvimento em atos considerados violentos, mas que eram táticas para chamar atenção para a causa sufragista, como quebrar vitrines. Algumas dessas pessoas foram presas várias vezes, de modo que chegavam a cometer infrações com o objetivo final de ir para a prisão e se recusavam a pagar fiança. A questão principal é que na hora de serem julgadas por seus crimes, certa confusão era gerada, pois queriam ser consideradas prisioneiras políticas, uma vez que seus atos eram políticos. No entanto, se as considerassem prisioneiras políticas, haveria uma contradição, de modo que seria um modo de afirmar que as mulheres estão envolvidas com a política, uma esfera que era delimitada, até então, majoritariamente para os homens. Nesse sentido, ao serem julgadas como prisioneiras políticas, mais um argumento para a conquista do voto seria gerado.

O ano de 1909, portanto, foi crucial no que diz respeito às táticas de aprisionamento utilizadas pelas sufragistas. Ele ficou muito marcado pelo uso da estratégia da greve de fome, realizada pelas mulheres que tinham sido presas e queriam receber o status de presas

políticas, juntamente com a reação do governo de forçar a alimentação por meio de tubos, mas também por um relativo aumento da militância (WINGERDER, 1999). Nesse sentido, o aumento de vidraças quebradas por pedras que levavam algum tipo de mensagem sobre o sufrágio foi grande, de modo que “A justificativa, as mulheres argumentavam, era que o momento de argumentos falados tinha passado. As ações delas eram politicamente motivadas, puramente políticas, tomadas porque o momento para atitudes combativas havia chegado” (WINGERDER, 1999, p. 87).

Os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial foram, ao mesmo tempo, de muita luta e muita esperança, uma vez que cada vez mais usavam a criatividade para executar novas táticas para o movimento, mas também alcançaram o Parlamento com menos votos contra o sufrágio. No ano de 1913, as greves de fome resultaram no que ficou conhecido como *Cat and Mouse Act*, no lugar da alimentação forçada que estava ocorrendo. Uma vez que as sufragistas faziam greve de fome e ficavam doentes, elas eram liberadas, por lei, da prisão por um determinado período de tempo. No entanto, não simplesmente voluntariavam-se para retornar e terminar de cumprir a pena, de modo que ficaram conhecidas como o “rato”, enquanto a polícia era o “gato” tentando caçá-las.

Era evidente que as mulheres não conquistariam o sufrágio sem que houvesse muita luta envolvida, ambos parlamento e tribunais deixaram isso claro. Mesmo sem o sucesso no campo da conquista do voto feminino, as mulheres tiveram inúmeras conquistas durante o século XIX, que foram também importantes para que se fortalecessem, assim como fortalecessem a luta conjunta em busca de uma emancipação total.

A faculdade de mulheres em Oxford e Cambridge foram fundadas, mulheres foram permitidas a fazer cursos de medicina, instituições de ensino para meninas foram criadas, mulheres casadas adquiriram direitos de ter propriedade em seus próprios nomes e mães ganharam direitos de acesso e controle sobre seus filhos. As mulheres até obtiveram alguns direitos políticos limitados, como o direito de votar em eleições municipais e votar e sentar-se em Conselhos Escolares. O direito ao voto parlamentar às mulheres era um dos poucos objetivos que permaneceu persistentemente difícil e, na virada do século, o voto tornou-se o foco do movimento de mulheres (WINGERDER, 1999, p. 23).

Pautas como mais oportunidades na escola e trabalho, mais liberdade individual e também sobre controle de natalidade passaram a ser mais discutidas no início do século XX. Todas essas discussões, assim como o movimento como um todo iniciado no século XIX, foram essenciais para que o debate e a tentativa de alcançar o voto feminino pleno em 1928 fosse atingido. De todas as mulheres que deram início à luta em 1866, Emily Davies foi a única que teve a oportunidade de votar, ainda em 1918, aos seus 88 anos. Até que esse momento pudesse ser alcançado, houve muita luta, persistência e organização, além de um contexto histórico específico, como a Grande Guerra, que pode ter impulsionado essa conquista, como será analisado mais à frente.

A FAMÍLIA PANKHURST

O movimento sufragista na Grã-Bretanha teve participação crucial das Pankhursts, família que em diversas situações esteve na liderança. Emmeline, Christabel e Sylvia Pankhurst foram personalidades importantes e referências durante os anos de luta. A família começou a jornada unida e em busca do mesmo objetivo: o sufrágio feminino. No entanto, por mais que tal objetivo tenha permanecido inalterado, em certo ponto do caminho houve um brusco rompimento entre elas, uma vez que Sylvia acreditava em meios diferentes para alcançá-lo.

Emmeline e Christabel, mãe e filha, respectivamente, acreditavam que era apoiando a guerra que as mulheres iam conseguir a participação política por meio do voto. No entanto, nem sempre foi desse jeito. Segundo Smith (2006), uma vez que identificaram e entenderam que a guerra seria um problema a longo prazo, acabaram adotando uma postura fervorosamente patriótica, apoiando seus antigos inimigos políticos liberais, além de fazer campanha pelo esforço de guerra. Ademais, campanhas da *Women's Social and Political Union* (WSPU) pelo voto durante a guerra foram suspensas, organização que lutava pelo sufrágio feminino no Reino Unido e tinha sido criada por Emmeline em 1903.

Já Sylvia Pankhurst, irmã de Christabel, havia rompido com sua família, uma vez que seus ideais políticos divergiam a ponto de serem irreconciliáveis, inviabilizando uma luta conjunta. Sua luta possuía um foco muito mais social e evidenciava injustiças sociais, e, ao contrário de sua mãe e irmã, quando a guerra teve início, ela se opôs ao conflito. Como era socialista, acreditava que a guerra era uma criação capitalista com o fim de explorar a classe trabalhadora, de forma a ser fervorosamente contra. Ao contrário de Sylvia, sua mãe e irmã acreditavam mais na linha de pensamento de salvar o país para posteriormente alcançar o sufrágio, uma vez que seria impossível atingir esse objetivo se o país se encontrasse em ruínas, tendo como o objetivo estabelecer a paz em primeiro lugar.

Foi por meio das mídias da época e de publicações periódicas que os dois lados da família divulgavam seus ideias. Não só como ideias, ambos também divergiam quanto à personalidade e imagem que passavam. Enquanto Emmeline e Christabel apresentavam-se como figuras muito mais femininas, Sylvia aparentava ser uma pessoa muito mais equilibrada, pensativa e realista (SMITH, 2006). Christabel era responsável pelo jornal *Britannia*, enquanto Sylvia pelo *The Woman's Dreadnought*. Anteriormente, *Britannia*, era nomeado como *The Suffragette*, mas houve uma mudança para simbolizar o seu conteúdo e intenções patrióticos e imperialistas e recomeçaram as publicações em abril do ano de 1915³.

A luta pelo sufrágio ficou muito dividida entre patriotas e pacifistas. Nas publicações dos periódicos acima, era possível identificar ataques indiretos ao exemplar de ideologia oposta, além de ambos usarem muitas imagens que reforçavam os ideais políticos. Pacifista, "Sylvia Pankhurst ataca questões como militarismo, conscrição e a indústria de munições, usando a poderosa arma da injustiça social" (SMITH, 2006, p. 110). Ainda, de acordo com Smith (2006), os artigos de Sylvia tendiam a ser mais complexos e melhor argumentados do que aqueles de Christabel.

3 De acordo com Wingerder (1999), *The Suffragette* cessou suas publicações no começo de agosto de 1914 e só reapareceu em abril de 1915 renomeado como *The Britannia*.

O MOVIMENTO SUFRAGISTA DURANTE A GUERRA

Desde que a Primeira Guerra Mundial estourou, as mulheres que lutavam pela conquista do voto trilharam caminhos muito opostos. A militância de Emmeline e Christabel Pankhurst virou militarismo, pois acreditavam que o patriotismo militante juntamente com a política iriam resultar no sufrágio. Paralelamente, Sylvia Pankhurst era totalmente contra a guerra e acreditava que as mulheres precisavam conquistar o voto para impedir que continuassem acontecendo. No entanto, por mais que as sufragistas estivessem severamente divididas por conta da visão moral que cada uma possuía da guerra, todas encontravam-se unidas na causa da emancipação feminina (BYLES, 1985).

Algumas mulheres já ocupavam cargos fora de casa, mas, com o advento da guerra, esse número, assim como o incentivo, aumentaram consideravelmente. Segundo Byles (1985),

A guerra permitiu que todas as classes de mulheres tivessem oportunidade de trabalhar fora de suas casas exercendo funções como trabalhadoras de munição, trabalhadoras do exército terrestre, policiais, médicas e enfermeiras. [...] As conquistas maciças de mulheres médicas e enfermeiras, de mulheres policiais e outras auxiliares de serviço, de antigas empregadas domésticas nas fábricas, tiveram uma enorme influência na opinião pública em favor do sufrágio das mulheres (p. 475).

O cenário da luta pelo voto foi muito alterado durante o período de guerra. Com a luta fragmentada, muitas mulheres se voltaram para apoiar a guerra da maneira que podiam, enquanto outras continuaram se opondo a ela, pois eram contrárias ao conflito, além de não acreditarem que era o meio para chegar ao objetivo final. Apesar disso, pode-se dizer que por mais que a militância sufragista tenha diminuído drasticamente, o maior envolvimento das mulheres com questões diretamente ligadas ao conflito trouxe uma certa visibilidade para a causa. Nesse sentido, os dois jornais, *The Woman's Dreadnought* e, depois de certo tempo, o *Britannia*, noticiavam no período da guerra informações que eram de interesse das mulheres no geral, assim como acontecimentos conectados ao conflito, sempre considerando a linha política de cada um deles. Ou seja, as Pankhursts tinham novamente um papel crucial de difundir informação e não deixar com que o movimento morresse durante a guerra.

Segundo Pugh (1977), a conquista do sufrágio feminino surpreendeu a todos, e até mesmo às sufragistas. Depois de décadas de luta, prisões, vidraças quebradas, petições, entre outros, mulheres acima dos 30 anos que possuíam propriedades ou aquelas casadas com homens que possuíam, conquistaram o direito de votar para as eleições no nível nacional, no ano de 1918. De fato, essa conquista representa muito e foi de extrema importância para que 10 anos depois todas acima dos 21 anos tivessem o mesmo direito, além de ter servido como um pontapé inicial para o sufrágio em outros países. No entanto, cabe analisar que as mulheres que conquistaram o voto, diante de um universo de homens que também tinham o direito ao voto, eram poucas. Assim, as eleições parlamentares ainda possuíam uma grande

influência masculina.

Apesar de Wingerder expor que as atividades sufragistas praticamente cessaram durante a guerra, Pugh (1977) discorre sobre alguns acontecimentos em prol do sufrágio que ocorreram durante o conflito. Emmeline Pankhurst, que era inimiga pública, tornou-se patriota durante a guerra, de modo que suas atitudes mudaram drasticamente, além de ter ajudado o governo a recrutar mulheres para que trabalhassem na guerra. Apesar de muitas atividades sufragistas terem sido suspensas durante a guerra e por causa dela, o primeiro passo para a conquista do voto em 1918 foi dado em 1916, quando o governo viu-se diante de um problema que dizia respeito ao número de homens aptos a votar, uma vez que possuíam certas restrições e, por conta da guerra, esse número tendia a abaixar.

A questão levantada acabou por abrir portas para uma discussão que trouxe, mais uma vez, a pauta da questão do voto feminino. A ideia era que o voto fosse estendido para os soldados que estavam em atividade de guerra. Assim, quando houve uma demanda para que fosse concedido o voto a esse grupo, as sufragistas patriotas entraram em cena com seus argumentos, uma vez que iriam se envolver com qualquer possível projeto de lei que englobasse conceder o voto a algum grupo. Com o advento da guerra, já estava mais do que claro que as mulheres eram capazes, sim, de defender o próprio país. Deste modo, este argumento usado como um dos motivos para justificar a impossibilidade do voto feminino tornou-se falho e inválido.

Nesse contexto, quando o debate surgiu no meio, as patriotas estavam dispostas a negociar com o Parlamento sobre em quais termos as mulheres alcançariam o sufrágio, pois, para elas, era melhor algo incompleto do que nada. Uma vez considerando que, se as mulheres conquistassem o voto nos mesmos termos que os homens, ao ponderar o número de votantes de cada lado, era inviável que o parlamento britânico concedesse tal poder a elas, pois teriam grande influência nas eleições. Nesse sentido, Sylvia Pankhurst e suas aliadas foram excluídas de tais debates, uma vez que o objetivo inegociável delas era a conquista do voto de todas as mulheres adultas (PUGH, 1977).

Foi, finalmente, em 6 de abril de 1918, que certas mulheres tiveram o direito de votar. No entanto, para que fosse assegurado que os homens ainda seriam maioria no processo eleitoral, cerca de apenas 8 milhões delas – algo em torno de 1/3 da população feminina da época –, as que possuíam mais de 30 anos, mas com restrições como ou pagar aluguel ou possuir uma casa – ou ser casada com um homem que se encaixasse nesses requisitos – foram reconhecidas com o direito de votar. Apesar de ainda haver barreiras, algumas mulheres ficaram muito felizes e satisfeitas com a conquista, mesmo que ainda limitada, uma vez que houve uma grande resistência parlamentar nas 5 décadas anteriores para que o sufrágio acontecesse.

O mesmo projeto de lei que concedeu o voto parcial a um certo grupo de mulheres em 1918 foi aquele que aboliu outras restrições que homens tinham para votar, além de que aqueles que tivessem nas forças armadas tinham esse direito a partir dos 19 anos, em contraposição com os outros, que era na idade de 21 anos. Nesse sentido, o eleitorado total passou a ser de 21 milhões de pessoas, mas ainda com uma drástica diferença entre votantes de cada sexo. Foi, portanto, apenas no ano de 1928 que as mulheres conquistaram o direito de votar

nos mesmos termos que os homens votavam, de modo que o eleitorado feminino pulou para 15 milhões⁴.

CONCLUSÃO

Como foi apresentado, a luta para que todas as mulheres adultas tivessem o direito ao voto, assim como os homens, durou longos e incansáveis anos. A luta de cada pessoa envolvida no movimento foi de grande importância para que no ano de 1928 todas alcançassem o direito que tanto almejavam. Nesse sentido, nada da trajetória das inúmeras mulheres que doaram tempo e esforços à causa deve ser desconsiderado, assim como é sempre importante lembrar que foi uma luta que teve início marcado na segunda metade do século XIX, de modo que se desenrolou por cerca de seis décadas.

Ao considerar, portanto, o ano de 1918, ele ficou marcado pela grandiosa conquista que apenas algumas mulheres tiveram acesso: ao direito de votar em eleições nacionais. Apesar do acontecimento ter se desenvolvido durante o momento crítico da Grande Guerra, é válido ressaltar que nada teria acontecido caso não tivesse ocorrido uma longa e exaustiva luta das mulheres britânicas anterior ao conflito. De fato, a guerra proporcionou uma importante brecha para a conquista do voto feminino, mas sem toda a movimentação anterior de milhares de mulheres, assim como a das Pankhursts, é improvável que os acontecimentos tivessem tomado tal rumo. Ainda, “Cinquenta anos de campanha pelo sufrágio provavelmente tiveram mais efeito na eventual conquista do que dois anos de trabalho feminino na guerra” (WINGERDER, 1999, 168).

Por fim, é importante ressaltar que, por conta do envolvimento das mulheres com a guerra, alguns argumentos contrários ao sufrágio puderam ser quebrados, de modo que o caminho se tornou um pouco mais livre do que nos anos anteriores. Além disso, quando o voto foi conquistado em 1918, foi uma grande surpresa para muitos, uma vez que ocorreu justamente em um período de baixa militância sufragista. Nesse sentido, toda a luta que antecedeu a eclosão do conflito foi indispensável para que as portas para a conquista do sufrágio feminino fossem abertas no contexto da Primeira Guerra Mundial.

Referências bibliográficas

BYLES, Joan Montgomery. Women's Experience of World War One: Suffragists, Pacifists, and Poets. **Women's Studies International Forum**, v. 8, n. 5, p. 473-487, 1985. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0277-5395\(85\)90078-0](https://doi.org/10.1016/0277-5395(85)90078-0)>. Acesso em: 17 jan. 2019.

PUGH, Martin D. Politicians and the Woman's Vote 1914-1918. **History**, v. 59, p. 358- 374, 1977. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-229X.1974.tb02222.x>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

4 Dados retirados de: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/women-vote/overview/thevote/>>. Acesso em 21 fev. 2019.

REINO UNIDO. Parliament UK. Women and the vote. Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SMITH, Angela K.. The pankhursts and the war: suffrage magazines and first world war propaganda. **Women's History Review**, v. 12, n. 1, p. 103-118, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09612020300200349>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

WINGERDER, Sophia A. van. **The Women's Suffrage Movement in Britain, 1866-1928**. 1999.